

Ofício nº 02/2018

Catalão (GO), 08 de janeiro de 2018.

Ao Ilmo. Sr.

NIREMBERG ANTÔNIO RODRIGUES ARAÚJO

Presidente da Comissão de Licitação.

Prefeitura Municipal de Catalão – GO

Assunto: **Solicita a abertura de procedimento licitatório para contratação de Empresa Especializada para execução da expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário de Catalão - GO.**

Prezado Senhor,

O Secretário Municipal de Obras, no uso de suas atribuições legais, solicita as providências necessárias no sentido de abertura de Processo Licitatório para ***Contratação de Empresa Especializada para Execução da expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário de Catalão - GO.***

JUSTIFICATIVA: A contratação de empresa especializada para execução da expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário de Catalão – GO, justifica-se em razão da continuação da expansão da rede de esgoto da cidade e modernização da estação de tratamento, firmado com o Ministério das Cidades no ano de 2011. Figura-se, pois, como atividade de grande relevância, haja visto a melhoria do sistema de coleta e tratamento do esgoto, bem como, o melhor atendimento deste serviço à toda comunidade.

Na certeza de que serão adotadas as medidas pertinentes, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,

Leonardo Martins de Castro Teixeira
Secretário Municipal de Obras

(Art. 3º, I, IN 010/2015 – TCM-GO)

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Este documento visa orientar a continuação da execução das obras de implantação de coletores troncos, interceptores e ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) da cidade de Catalão - GO.

1.2 No âmbito desta contratação deverão ser executadas as seguintes obras:

1. Travessia não destrutiva sob a BR-050 e sobre a ferrovia Centro-Atlântica para conclusão do coletor Castelo;
2. Interceptor Pirapitinga Margem Esquerda e Emissário até a ETE, incluindo travessia aérea sobre o córrego do Almoço;
3. Ampliação da ETE:
 - 3.1 Conclusão do Tratamento Preliminar e Elevatória Final;
 - 3.2 Conclusão de dois módulos de reatores anaeróbios;
 - 3.3 Conclusão de quatro módulos de leitos de secagem;
 - 3.4 Execução das Tubulações de Interligação entre as unidades novas e existentes;
 - 3.5 Construção das demais unidades acessórias (caixas de passagem e distribuição, tratamento de gases, desinfecção, casa de controle, sala elétrica, estruturas de lançamento, etc.).

1.3 O sistema é operado e mantido pela própria Prefeitura Municipal de Catalão, através da Superintendência de Água e Esgoto de Catalão (SAE), a qual é administrada por funcionários habilitados e do próprio quadro.

2 AVALIAÇÃO DO CUSTO E DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO

2.1 O valor máximo global estimado é **R\$ 17.492.387,35 (dezesete milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)** e consta em anexo a este processo que foi apurado a partir de mapas de preços constante na Tabela SINAPI – Custo de Composições – Sintético – Não Desonerado de Fevereiro/2017, Tabela SANEAGO – Construção Civil – Sem Desoneração de Fevereiro/2016 e Cotações.

3 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 A aquisição dos bens/equipamentos e serviços acima elencados visam atender à ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Catalão, contemplando o coletor do bairro Castelo Branco I, interceptor, emissário final e nova estação de tratamento de esgoto. As obras discriminadas ampliarão o atendimento de esgoto à população, bem como, irão melhorar a coleta, transporte e tratamento do mesmo.

4 DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DE QUANTIDADES

4.1 De acordo com o Projetos Executivos em anexo, as quantidades foram previstas, levantadas e planilhadas.

5 RESPONSABILIDADES E GARANTIA

5.1 A Empresa Executora assumirá integralmente a responsabilidade pelas boas práticas e realização de forma eficiente e eficaz os serviços que efetuar, de acordo com o projeto executivo,

memorial descritivo, edital e demais documentos técnicos fornecidos.

5.2 Fica estabelecido que a realização, pela Empresa Executora, de qualquer elemento ou seção de serviços implicará na tácita aceitação e ratificação dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados nestas especificações, para o elemento ou seção de serviço executado.

5.3 A Empresa Executora poderá sugerir eventuais modificações e substituições de materiais e serviços, desde que sejam submetidas e aprovadas pelo Autor do Projeto e o Contratante, a Empresa Executora assumirá integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação proposta e aceita pelo Autor do Projeto e o Contratante. Esta responsabilidade e garantia estende a estabilidade e segurança da obra e as consequências advindas destas modificações e variantes.

5.4 Considerando que a Empresa Executora deverá assumir inteira responsabilidade pela obra, por seu perfeito funcionamento e pela sua resistência, estabilidade e durabilidade, além dos demais trabalhos que executar, competirá a ela julgar a conveniência de obter ou complementar, às suas custas, informações do subsolo, tais como sondagens de reconhecimento, ensaios, caracterização do terreno, poços de exploração, análise de agressividade de águas subterrâneas, etc., bem como parâmetros de qualquer outra natureza que sejam de interesse para a boa consecução dos serviços contratados.

5.5 Os serviços deverão ser executados em estrita e total observância às Normas Brasileiras, às indicações constantes dos projetos fornecidos pela SAE e a estas especificações. No caso de inexistência de normas brasileiras específicas, ou nos casos em que se mostrarem omissas, deverão ser obedecidas as prescrições estabelecidas pelas normas estrangeiras pertinentes.

5.6 Prazo de garantia de acordo com o art. 618 do Código Civil, o construtor responde pela solidez e segurança da obra pelo prazo de cinco anos:

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

a) Deve-se ressaltar que esse prazo de cinco anos se refere ao prazo de garantia da construção e não a prazo de decadência ou de prescrição.

5.7 Correrá por conta exclusiva da Empresa Executora a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução das obras e serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa, pela destruição ou danificação da obra em construção até a definitiva aceitação da mesma pela SAE, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

6 DISCREPÂNCIAS E PRECEDÊNCIAS DE DADOS

6.1 Compete ao responsável pela Empresa Executora da obra efetuar o completo estudo das discriminações técnicas fornecidas para execução da obra, em que compõem o projeto anexo.

6.2 Caso sejam constatados quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, deverá ser imediatamente comunicado ao Autor do Projeto para que os mesmos sejam alterados, bem como sanadas as dúvidas quanto à interpretação dos desenhos e representações gráficas.

6.3 Para a perfeita execução e completo acabamento da obra/serviço, a Empresa Executora da obra se obriga a prestar toda a assistência técnica necessária para o bom andamento aos trabalhos.

6.4 É de responsabilidade da Empresa Executora a contratação de mão de obra suficiente e de

qualidade para assegurar o progresso satisfatório da obra dentro do Cronograma previsto.

6.5 É de inteira responsabilidade da Empresa Executora a aquisição dos materiais necessários, em quantidade suficiente para conclusão da obra no Prazo estabelecido em Cronograma.

6.6 A Empresa Executora não poderá subcontratar a execução da obra/serviço no seu TOTAL, podendo fazer parcialmente em alguns serviços especializados, mantendo sua responsabilidade direta perante ao Contratante e Subcontratados.

7 MODO DE ADJUDICAÇÃO

7.1 A adjudicação será realizada por **Empreitada Integral** com o fornecimento do material/equipamento e execução do serviço conforme os Projetos Executivos elaborados, planilhas e memoriais contratados e fornecidos.

8 PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA E DURAÇÃO DO CONTRATO

8.1 A execução da obra está prevista em 12 meses de acordo com o cronograma físico/financeiro.

8.2 A vigência do contrato será de 24 meses a partir da assinatura da Ordem de Serviços.

9 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** Não atendam às exigências do Edital e seus Anexos;
- b)** Não atendam às características mínimas deste Edital e seus Anexos;
- c)** Não comprove que a licitante tem capacidade de fornecer os materiais e serviços objeto deste Termo.

10 CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 Os bens/serviços/equipamentos serão recebidos:

- a)** Provisoriamente, a partir da entrega do Termo de Entrega Provisório de Obra, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b)** Definitivamente, a partir da entrega do Termo de Entrega Definitivo de Obra, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 30 (trinta) dias do recebimento provisório.

10.2 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.3 O recebimento do serviço é de inteira responsabilidade do GESTOR do contrato, a ser indicado mediante Portaria Municipal a ser oportunamente anexada ao procedimento licitatório.

11 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRADADA

11.1 A Contratada obriga-se a:

- a)** Zelar e manter o canteiro de obras e atender as legislações pertinentes no que se diz respeito à Fiscalização de órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

- b)** Manter arquivo completo e atualizado de toda documentação e ocorrências da obra (contrato, projetos, diário de obras, medições de serviços e outros pertinentes);
- c)** Os bens/serviços/equipamentos devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário e/ou memorial descritivo;
- d)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e)** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, imediatamente o produto com avarias ou defeitos;
- f)** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- g)** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i)** Obtenção de Alvará e Licenças Ambientais e demais documentações pertinentes ao andamento da obra;
- j)** Obter demais licenças e franquias necessárias aos serviços, junto ao Governo de Goiás e Administração Regional, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e à segurança pública, bem como atender ao pagamento de seguro de pessoal, às despesas decorrentes das leis trabalhistas e dos impostos, de consumo de água, luz e força, que digam diretamente respeito às obras e serviços contratados. Será obrigada, outrossim, ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento, às suas custas, das multas porventura impostas pelas autoridades.
- k)** Não transferir à terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições expressamente autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- l)** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carretos, carga, descarga, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- m)** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.
- n)** Colocar à disposição da Fiscalização, permanentemente, os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como facilitar a metódica Fiscalização dos materiais, equipamentos e execução das obras e serviços contratados, facultando à Fiscalização o acesso a todas as partes das obras Contratadas, aos depósitos de materiais destinados à construção, à área de manutenção de equipamentos e aos serviços ou obras em preparo.
- o)** Executar apenas os serviços formalmente autorizados pela SAE, a não ser os considerados de emergência, os quais estarão sujeitos à análise e ao julgamento posterior pela Fiscalização quanto à sua real necessidade, não sendo pagos se considerados inoportunos ou inadequados.

11.2 Dos equipamentos e materiais:

- a)** Fornecerá todos os equipamentos, materiais, mão-de-obra, transporte e tudo o mais que for necessário à execução, conclusão e manutenção das obras, sejam elas definitivas ou temporárias.
- b)** Todos os materiais devem estar de acordo com as Especificações e Projetos fornecidos. Caso a Fiscalização julgue necessário, poderá solicitar a apresentação de informação, por escrito, sobre a origem dos materiais.
- c)** Transportar o produto em veículo apropriado, permitindo a conservação e obedecendo as normas vigentes. Repor, às suas expensas, no todo ou em parte, o produto que não atender as exigências do contrato;
- d)** A Empresa Executora deverá submeter à aprovação da Fiscalização amostras de todos os materiais a serem utilizados e que deverão estar integralmente de acordo com as amostras aprovadas antes de sua aquisição. Caso julgue necessário, a Fiscalização poderá solicitar a apresentação de certificados de ensaios relativos aos materiais a serem utilizados e o fornecimento de amostras dos mesmos. Os materiais que não atenderem às Especificações não poderão ser estocados no canteiro de obras.
- e)** A Empresa Executora será única e inteiramente responsável pela qualidade dos materiais/equipamentos colocados na obra. Quanto aos materiais fornecidos pela SAE, se for o caso, a Empresa Executora deverá inspecioná-los antes do recebimento, passando então a ser a única responsável pela guarda e conservação dos mesmos.
- f)** Assegurar o suprimento de água para uso industrial e de uso pessoal, com qualidade de acordo com os padrões de potabilidade normalmente aceitos pelos órgãos ambientais locais, a todos os locais da obra onde a mesma seja necessária. A obtenção, captação, tratamento, adução e transporte de água, a qualquer distância e qualquer que seja o meio por que venham a ser feitos, não serão objeto de pagamento em separado, devendo os custos decorrentes serem incluídos nos preços unitários propostos. Este fornecimento inclui o suprimento de água para as instalações da Administração e demais que forem necessários, a critério da Fiscalização.
- g)** Será de responsabilidade da Empresa Executora o suprimento de toda energia elétrica na tensão adequada e necessária para implantação da obra, incluindo o suprimento de energia para as instalações da Administração. Para isso a Empresa executora deverá definir com a Concessionária de Energia Elétrica, o local e características de captação desta energia.
- h)** A Empresa Executora deverá construir e promover a manutenção da linha de transmissão, das redes de abastecimento e dos sistemas de rebaixamento da tensão. O pagamento da energia gasta, junto à concessionária será de responsabilidade da Empresa Executora. O fornecimento de energia conforme definido neste item, não será objeto de pagamento em separado, tendo os seus custos diluídos e rateados nos custos unitários propostos pela Empresa Executora.

11.3 Das relações de trabalho:

- a)** Caberá à Contratada providenciar o pessoal habilitado necessário para a execução da obra, até o cumprimento integral do Contrato.
- b)** O quadro de pessoal da Contratada, empregado na obra, ou outros setores que a afetem diretamente, deverá ser constituído por elementos competentes, hábeis, disciplinados e experientes, qualquer que seja a sua função, cargo ou atividade.

- c) Para a direção da obra, a Contratada credenciará um representante, previamente aprovado pela Fiscalização por escrito.
- d) A Contratada deverá manter na chefia da obra, em tempo integral, pelo menos um engenheiro/arquiteto devidamente registrado na região local do CREA/CAU e com comprovada capacidade e experiência na gerência de obras do mesmo porte e natureza da que será executada. Deverá esse engenheiro/arquiteto ser auxiliado na execução das obras, em cada frente de trabalho, por pelo menos um encarregado especializado.
- e) Durante os horários de trabalho estabelecidos para a execução da obra, este representante, ou seu preposto devidamente autorizado, deverá permanecer no local da obra.
- f) O representante da FISCALIZAÇÃO na obra dará suas instruções diretamente ao representante da Contratada e, na ausência deste, ao seu preposto.
- g) Para o acompanhamento da obra, a Contratada preparará e apresentará à Fiscalização programações semanais e, em casos especiais, a critério da Fiscalização, poderão ser requeridas programações diárias.
- h) A Contratada deverá providenciar para que pelo menos um membro da sua equipe técnica possa ser imediatamente localizado, fora dos horários de trabalho, para eventual comparecimento ao canteiro, e assegurar a possibilidade de realizar inspeções técnicas em locais críticos da obra nessas ocasiões.
- i) Os representantes da Fiscalização e qualquer pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso às obras, ao canteiro e a todos os locais em que sejam realizados trabalhos, ou onde se estoquem e/ou fabriquem materiais e equipamentos.
- j) Quaisquer instruções escritas da Fiscalização dentro do âmbito de seus poderes são de cumprimento obrigatório pela Contratada.
- k) A Fiscalização reserva-se ao direito de exigir da Contratada a imediata retirada do local da obra e a substituição, no prazo de 8 horas, de qualquer pessoa que, a seu critério, se revele negligente, inabilitada, ou demonstre mau comportamento.
- l) A Contratada será obrigada a afastar imediatamente do serviço e do canteiro de trabalho qualquer funcionário julgado inconveniente pela Fiscalização, seja por má conduta ou incompetência, e que possa, conseqüentemente, prejudicar a disciplina no canteiro, a segurança ou boa execução dos serviços.
- m) Todos os funcionários, sejam da Contratada ou de subcontratadas, deverão, em qualquer situação, portar identificação por meio de crachás, que conterão de forma legível o cargo exercido e a firma a qual o funcionário pertence.
- n) O engenheiro chefe da obra e seus encarregados, cada um em sua respectiva área, deverão estar sempre em condições de atender à Fiscalização e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre as obras, tais como a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e ainda tudo o mais que a Fiscalização reputar necessário conhecer sobre os serviços em execução e suas implicações.

11.4 Da Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre Segurança e Medicina do Trabalho;

- b)** Dar ciência aos empregados, por meio de ordens de serviço, das normas regulamentadoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho;
- c)** Solicitar ao órgão regional do Ministério do Trabalho a aprovação das instalações do canteiro de obras.
- d)** A Contratada fica obrigada a organizar e manter em funcionamento uma comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA. Uma vez organizada a CIPA, a mesma deverá ser registrada no órgão regional do Ministério do Trabalho até dez dias após a sua eleição.
- e)** A Contratada será obrigada a fornecer gratuitamente aos empregados equipamentos de proteção individual adequado ao risco envolvido e em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- f)** Os equipamentos tais como luvas, botas de borracha, capacetes e outros tipos de proteção, poderão ser exigidos pela Fiscalização sempre que o tipo de trabalho em elaboração assim o exija. Da mesma forma, para trabalhar em períodos noturnos será necessária a utilização de tintas reflexivas nos capacetes e/ou braçadeiras.
- g)** Será obrigação da Contratada proceder, por sua conta, os exames médicos admissional, periódico e demissional dos empregados.
- h)** Caberá à Contratada o controle periódico dos riscos ambientais decorrentes de agentes físicos, químicos e biológicos. O exercício do trabalho em condições de insalubridade assegurará ao empregado a percepção de adicional de salário, despesa essa também de responsabilidade da Contratada.
- i)** A Contratada deverá respeitar as recomendações da legislação vigente relativas à ergonomia.
- j)** A Contratada deverá manter, em seu canteiro de serviços, equipamentos contra incêndio em perfeito estado de funcionamento, de capacidade e natureza coerentes com o tipo e volume de serviços em execução, bem como funcionários treinados no seu uso correto. Tais equipamentos deverão ser revisados periodicamente, de acordo com as instruções dos respectivos fabricantes. Esses equipamentos deverão situar-se em locais visíveis, estrategicamente escolhidos e de acesso permanentemente livre. Em caso de incêndio em qualquer local da obra, a Contratada terá por obrigação a prestação de ajuda no controle e combate ao sinistro, independentemente de tal sinistro envolver ou não elementos relacionados com o seu trabalho.
- k)** Os banheiros, gabinetes sanitários e os eventuais alojamentos do canteiro deverão estar de acordo com a legislação vigente. Em estabelecimentos nos quais trabalhem mais de trezentos funcionários será obrigatória a existência de refeitório. Nesse caso, o refeitório e a cozinha deverão atender às condições sanitárias previstas na legislação.
- l)** A Contratada deverá fornecer a todos os seus trabalhadores água potável em condições higiênicas e em volume adequado, com especial atenção no caso de serviços que estejam sendo executados em posições remotas do canteiro.
- m)** A observância, em todos os locais de trabalho, das obrigações básicas relacionadas com referência à segurança, higiene e medicina do trabalho, não desobrigará a Contratada do cumprimento de outras disposições relativas ao mesmo assunto, incluídas em Código de Obras e/ou regulamentos sanitários do Governo de Goiás e / ou Administrações Regionais em que se situe o estabelecimento, bem como daquelas oriundas de convenções coletivas de trabalho.
- n)** Na execução dos trabalhos deverá haver plena proteção contra riscos de acidente com o pessoal da Contratada e com terceiros, independentemente da transferência daqueles riscos para companhias seguradoras ou institutos seguradores. A Contratada será responsabilizada por danos pessoais ou materiais consequentes de erros, falhas ou negligência, por ação ou omissão de cumprimento dos regulamentos e determinações relativos à segurança em geral.
- o)** Em caso de acidentes no canteiro de trabalho, a Contratada deverá:
 - prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas;
 - paralisar imediatamente a obra nas suas circunvizinhanças, a fim de evitar a

- possibilidade de mudanças nas circunstâncias relacionadas com o acidente;
- solicitar o comparecimento da Fiscalização ao local da ocorrência, relatando o fato por escrito no diário de obras, o mais tardar 24 (vinte e quatro) horas após o acontecimento, acompanhado de uma descrição do acidente (preencher as guias de acidentes de trabalho).
- p)** Ainda em caso de acidente ou morte de qualquer pessoa envolvida no trabalho, a Fiscalização, a seu critério, reunirá uma “Comissão de Sindicância” com a finalidade de investigar o acidente dentro de 72 (setenta e duas) horas do ocorrido. A Fiscalização notificará a Contratada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do local e da hora das reuniões da Comissão e indicará as testemunhas, documentos e equipamentos necessários à determinação das causas e fatos pertinentes ao acidente. Às reuniões da Comissão terão acesso os representantes da Fiscalização, da SAE, da CIPA e da Contratada. A Comissão deverá emitir parecer visando à prevenção de novos acidentes, por meio de medidas a serem tomadas pela Contratada e aprovadas pela SAE através da Fiscalização.
- q)** A fiscalização do cumprimento das disposições legais ou regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho será efetuada obedecendo ao disposto no Decreto nº 55.841, de 15/01/1965 e na Norma Regulamentadora NR-28, aprovada pela Portaria nº 1.214, de 08/06/1978.

12 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

12.1 A Contratante obriga-se a:

- a)** Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;
- b)** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c)** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- d)** Devolver o produto caso não atenda as exigências do contrato, devendo a Contratada fazer a respectiva reposição;
- e)** Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.
- f)** Receber definitivamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;
- g)** Manter nas obras, técnico de nível superior e seus prepostos, convenientemente credenciados junto à Contratada e sempre referidos adiante por Fiscalização, os quais têm autoridade para exercer, em nome da SAE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e Fiscalização das obras e serviços.

13 MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1 A Fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

14.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

14.3 A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4 Será de competência da Fiscalização a solução ou encaminhamento de todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no Contrato, nas normas de execução ou no projeto, que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar direta ou indiretamente com a obra em questão e seus complementos.

14.5 A Fiscalização terá plena autoridade para ordenar a suspensão, por meios amigáveis ou não, das obras e serviços em execução, parcialmente ou no todo, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, de segurança ou outros considerados importantes, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita à Contratada e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso de a ordem não ser atendida dentro do prazo estabelecido na notificação correspondente. Em qualquer dos casos os serviços só poderão ser reiniciados através de ordem específica da Fiscalização.

14.6 Deverá a Contratada acatar de imediato as determinações da Fiscalização, quando as mesmas tiverem sustentação no projeto, no contrato, nestas normas e nas Normas Brasileiras da ABNT.

14.7 A Fiscalização poderá exigir, a qualquer momento, que sejam adotadas pela Contratada, providências adicionais necessárias à segurança e qualidade dos serviços, bem como ao bom andamento da obra.

14.8 A Fiscalização, através do Delegado Regional do Trabalho, conforme o caso, à vista de laudo técnico do serviço competente, que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar o estabelecimento, o setor de serviço, a máquina ou equipamento ou ainda embargar a obra, indicando, na decisão tomada, com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de acidentes do trabalho e de doenças profissionais.

- a. sempre que as medidas de proteção coletivas forem tecnicamente inviáveis ou não oferecem completa proteção contra os riscos do trabalho ou doenças profissionais;
- b. enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas;
- c. para atender a situações de emergência.

14.9 A Fiscalização designada pela SAE será o elemento ativo hábil que atuará no sentido de garantir a observância a essas normas e procedimentos. Serão observadas as seguintes prescrições:

- a. os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas de execução e em estrita obediência aos critérios e determinações da Fiscalização;
- b. ficará a Contratada obrigada a demolir e refazer os trabalhos rejeitados, imediatamente após o pedido da Fiscalização, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes desses serviços;

- c. as amostras de materiais aprovadas pela Fiscalização, depois de convenientemente autenticadas por esta e pela Empresa Executora, deverão ser cuidadosamente conservadas no canteiro da obra até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados;
- d. no presente trabalho, deverá estar perfeitamente determinado que, em todos os casos de caracterização de materiais ou equipamentos por marca comercial ou nome de fabricante, ficará subentendida a alternativa similar ou rigorosamente equivalente, mediante aprovação prévia da Fiscalização;
- e. obrigar-se-á a Empresa Executora a retirar do recinto das obras os materiais porventura impugnados pela Fiscalização, dentro de 72 (setenta e duas) horas a contar do recebimento da ordem atinente ao assunto;
- f. será expressamente proibido manter no recinto das obras quaisquer materiais que não satisfaçam a estas especificações ou que não se destinem à obra.

14.10 O fiscal do contrato anotará em Diário de obra todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, inclusive a sustação de pagamento de faturas em caso de inobservância de qualquer exigência quanto ao cumprimento do contrato.

14.11 A Fiscalização das entregas será feita pela Comissão de Fiscais do Contrato, o Sr. **RODRIGO KOGAWA**, brasileiro, Arquiteto e Urbanista, servidor público municipal comissionado, portador do RG nº 27.834.029-5 - SSP/SP e do CPF nº 262.663.158-23, pelo Sr. **PEDRO SILVA DE SOUZA**, brasileiro, Engenheiro Civil, servidor público municipal efetivo, portador do RG nº 5.325.971 - SPTC/GO e do CPF nº 031.882.121-43, pelo Sr. **PAULO CESAR FERREIRA JÚNIOR**, brasileiro, Engenheiro Civil, servidor público municipal efetivo, portador do RG nº 7.572.082-3 - SSP/PR e do CPF nº 013.610.986-19, e pelo Sr. **PHILIPJOHN RIBEIRO SILVA**, brasileiro, Engenheiro Civil, servidor público municipal efetivo, portador do RG nº 5.729.419 - SSP/GO e do CPF nº 031.632.591-03, sendo os responsáveis pela Fiscalização e o acompanhamento do mesmo.

15 DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL E PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado após a efetiva prestação do serviço, acompanhada do Boletim de Medição atestado pelos Fiscais de Obra e a apresentação da respectiva Nota Fiscal em nome da **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAE**, com CNPJ nº 04.750.108/0001-52, com sede administrativa na Rua Kaveffs Abrão, nº 660 - Setor Lago das Mansões, CEP. 75.707-230, Catalão - GO.

15.2 O pagamento será efetuado sobre a Medição realizado no mês, levando em consideração a execução dos serviços, não sendo admitido a medição de material posto em obra.

15.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

15.4 O pagamento está vinculado a Dotação Orçamentária coberto com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício 2018 a ser classificada pelo Departamento de Contabilidade do Município, estando sujeito aos trâmites legais do Termo de Compromisso (TC) nº 0350887-10/2017/MCIDADES/CAIXA firmado com a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades e representação da Caixa Econômica Federal (CEF).

15.5 As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade perante as fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa Contratada e de regularidades perante a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante certidões negativas.

16 DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

16.1 A Contratada que incorra nas faltas referidas nos art. 81, 85 e 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a Contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente aplicam-se, segundo a natureza e gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-la.

16.2 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a Contratada, além das penalidades referidas no item anterior, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a)** 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- b)** 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato por dia de atraso na entrega do produto e/ou se deixar de cumprir uma das cláusulas do instrumento contratual;
- c)** 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, se por sua culpa for rescindido o mesmo, sem prejuízo das perdas e danos oriundos.

16.3 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à Contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Secretaria Municipal de Obras ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17 DOS ITENS COMPLEMENTARES

17.1 Na execução das obras deverão ser observadas, além das normas de execução e especificações técnicas, das orientações da Fiscalização e do projeto, as seguintes normas e especificações:

- a.** Normas e especificações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- b.** Normas estrangeiras pertinentes, nos casos em que as normas da ABNT forem omissas ou insuficientes, a critério da Fiscalização;
- c.** Normas e especificações da SAE pertinentes ao tipo de obra que será executada.

17.2 Toda e qualquer sugestão para alteração de projetos deverá ser acompanhada de orçamento e de exposição que a justifique técnica, econômica e financeiramente, podendo vir a ser aprovada pela Fiscalização, desde que resulte em vantagens significativas para a SAE.

17.3 Não poderão ser alegados, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento do quadro de funcionários da Contratada ou de eventuais subcontratadas, desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do Contrato, bem como de tudo que estiver contido no projeto, nas normas, especificações e métodos citados

17.4 Os serviços provenientes da alteração de projetos serão pagos de acordo com os preços unitários da época da licitação.

17.5 A execução de serviços não previstos no projeto original só poderá ser iniciada após liberação pela Fiscalização e deverá constar obrigatoriamente do Livro de Ocorrências (Diário de Obras).

17.6 A interpretação de divergências entre os documentos contratuais, este Caderno de Encargos e / ou elementos dos projetos sempre ficará a cargo exclusivo da Fiscalização, especialmente quanto aos seguintes casos:

- a. divergências entre as especificações de materiais e normas de especificações de serviços - com tendência para que prevaleçam as últimas;
- b. divergências entre as normas e especificações de serviços e os desenhos do projeto - com tendência para que prevaleçam as primeiras;
- c. divergências entre cotas de desenhos e suas dimensões, medidas em escala - com tendência para que prevaleçam as primeiras;
- d. divergência entre desenhos de edições diferentes - com tendência para que prevaleçam os mais recentes.

17.7 Em todos os casos mencionados acima prevalecerá à decisão da Fiscalização, sempre tendo como objetivo obter a melhor solução técnica, de modo a assegurar a qualidade das obras em execução e das unidades a serem integradas ao sistema.

Catalão, 08 de janeiro de 2018.

PHILIPJOHN RIBEIRO SILVA

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

LEONARDO MARTINS DE CASTRO TEIXEIRA

Secretário Municipal de Obras

Rodrigo Kogawa
Arquiteto e Urbanista

Philipjohn Ribeiro Silva
Engenheiro Civil

Pedro Silva de Souza
Engenheiro Civil

Paulo César Ferreira Júnior
Engenheiro Civil

PORTARIA Nº 01 / 2018.

Catalão, 08 de janeiro de 2018.

“Nomeia Gestor/Fiscal de Contrato e dá outras providências. “

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS de Catalão - Goiás, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto nº 16 de 01 de janeiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado como Gestor do Contrato inerente a ***Contratação de Empresa Especializada para Execução da expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário de Catalão - GO***, para acompanhar a sua correta entrega e aplicação o servidor, Sr. **LEONARDO MARTINS DE CASTRO TEIXEIRA**, brasileiro, Engenheiro Civil, Secretário Municipal de Obras, portador do RG nº 27.19491 - SSP/GO e do CPF nº 470.894.821-20, residente e domiciliado nesta cidade.

Art. 2º - Fica nomeado como Fiscal do Contrato os servidores Sr. **RODRIGO KOGAWA**, brasileiro, Arquiteto e Urbanista, servidor público municipal comissionado, portador do RG nº 27.834.029-5 - SSP/SP e do CPF nº 262.663.158-23, e o Sr. **PHILIPJOHN RIBEIRO SILVA**, brasileiro, Engenheiro Civil, servidor público municipal efetivo, portador do RG nº 5.729.419 – SSP/GO e do CPF nº 031.632.591-03, residentes e domiciliados nesta cidade.

Art. 3º - Na sua falta, ausência ou impedimento, dos servidores acima designados serão substituídos pelos servidores, Sr. **PEDRO SILVA DE SOUZA**, brasileiro, Engenheiro Civil, servidor público municipal efetivo, portador do RG nº 5.325.971 - SPTC/GO e do CPF nº 031.882.121-43, e também o Sr. **PAULO CESAR FERREIRA JÚNIOR**, brasileiro, Engenheiro Civil, servidor público municipal efetivo, portador do RG nº 7.572.082-3 – SSP/PR e do CPF nº 013.610.986-19, residentes e domiciliados nesta cidade, sendo que a substituição de qualquer um deles poderá se dar mediante nova portaria a ser anexada aos autos.

Art. 4º - A presente Portaria terá validade durante todo o período de vigência e execução do contrato.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos administrativos e jurídicos a partir da assinatura do Contrato, revogadas as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

LEONARDO MARTINS DE CASTRO TEIXEIRA

Secretário Municipal de Obras

Rodrigo Kogawa
Arquiteto e Urbanista

Philipjohn Ribeiro Silva
Engenheiro Civil

Pedro Silva de Souza
Engenheiro Civil

Paulo César Ferreira Júnior
Engenheiro Civil